

3.2. Teoria de Mudança, Riscos e Pressupostos

Racional da Intervenção/ /Enquadramento	Atividades			Realizações	Resultados (Intermédios)	Impactos
	Principais	Sub-atividades / Recursos				
Investimento em I&D na Região mais que duplicou entre 2003 e 2011 (0,6% vs 1,6% do PIB Regional), ultrapassando a média nacional (1,5%) e da UE (2,1%) e da EE2020 (3%) e evidenciando uma repartição desequilibrada na execução entre empresas e entidades públicas. Adicionalmente, a Região situava-se, em 2014, abaixo das Regiões do Centro e Lisboa em termos de performance de inovação das empresas, de acordo com o Regional Innovation Scorecard	Reforço da infraestrutura e desenvolvimento da excelência na I&D (PI 1.1)	1. Apoio ao investimento em infraestruturas de investigação científica e tecnológica inseridas no Roteiro Nacional para as Infraestruturas estratégicas de Investigação (RNIE)		• Infraestruturas de investigação melhoradas • Investigadores a trabalhar em infraestruturas de investigação e desenvolvimento melhoradas	• Melhoria das capacidades das entidades apoiadas • Aumento da proporção de pessoal ao serviço (ETI) em atividades de investigação e desenvolvimento	• Reforçar a inserção das infraestruturas de investigação nas redes internacionais de I&D • Aumento do investimento em I&D em % do PIB • Aumento do investimento público em I&D
A insuficiente articulação entre as empresas e as entidades do SCT, a dificuldade de absorção de trabalhadores altamente qualificados e sua integração na economia regional, a fragmentação do SCT e dos apoios à I&D (e a sua insuficiência) constituentem entraves ao desenvolvimento da I&D e reforço da competitividade da economia regional por essa via	Promoção do investimento das empresas na I&D (PI 1.2)	1. Investimento empresarial em I&D 2. Ações coletivas de transferência e valorização do conhecimento		• Projetos de I&D empresarial • Aumento do emprego nas empresas apoiadas • Projetos de transferência e utilização de conhecimento • Participação das entidades não empresariais em projetos de I&D liderados por empresas/ cooperação entre empresas e entidades de investigação	• Aumento das despesas em I&D no VAB das empresas apoiadas; • Aumento das receitas provenientes de fundos de empresas (nacionais ou estrangeiras) no financiamento das unidades de I&D (excluindo as unidades do setor empresas)	• Reforço da transferência de conhecimento • Aumento do investimento em I&D em % do PIB • Aumento da capacidade de inovação no tecido empresarial e renovação do perfil de especialização da economia, induzindo o crescimento de atividades intensivas em tecnologia e conhecimento e a melhoria da competitividade • Reforço da capacitação da economia para a inovação, aumento do peso do investimento em I&D no PIB (sobretudo empresarial)
Deterioração do tecido produtivo da Região na sequência dos choques externos do início do milénio, com o desaparecimento de muitas empresas com atividades intensivas em trabalho, baixa incorporação tecnológica e expostas à concorrência internacional	Promoção do espírito empresarial (PI 3.1)	1. Empreendedorismo qualificado e criativo 2. Ações coletivas de promoção do espírito empresarial		• Projetos de investimento em atividades inovadoras (produto, processo, métodos organizacionais e marketing) • Projetos de investimento em atividades que apoiam o potencial económico (alinhados com as prioridades da RIS3), e significativos efeitos de arrastamento nas PME, na criação de emprego qualificado e no pendor transacionável da economia	• Aumento do volume de negócios associado à introdução de novos produtos para o mercado no total do volume de negócios de empresas com inovações de produto;	
Apesar da evolução recente positiva em matéria de modernização empresarial e da particular representatividade da Região nas exportações nacionais, persistem dificuldades em consolidar e alavancar as dinâmicas existentes e o posicionamento competitivo da Região em matéria de inovação e internacionalização (e.g. predominio de atividade pouco intensivas em tecnologia, reduzida orientação exportadora das PME (apenas 13% das PME da Região exportam); reduzida escala do tecido económico regional; limitações no acesso ao financiamento; qualificação de empresas e gestores; insuficiente colaboração entre empresas)	Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME (PI 3.2)	1. Internacionalização das PME 2. Ações coletivas de internacionalização das empresas		• Projetos de apoio a novas empresas / recém-criadas • Aumento do emprego nas empresas apoiadas • Ações coletivas de promoção de empreendedorismo qualificado e criativo (estímulo ao empreendedorismo, coaching e mentoria, infraestruturas de incubação e aceleração)	• Criação de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia e em serviços intensivos em conhecimento	
Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços (PI 3.3)	1. Inovação Produtiva (incluindo instrumentos financeiros) 2. Qualificação empresarial (incluindo ações coletivas)			• Projetos de internacionalização das PME • Aumento do emprego associado à internacionalização de PME • Ações de estímulo à internacionalização (e.g. cooperação empresarial, capacitação de gestores, internacionalização, partilha de conhecimento eventos; ações de promoção de marcas)	• Aumento do valor das exportações e orientação exportadora das PME apoiadas • Reforço das competências das PME para a internacionalização	
	1. Áreas de Acolhimento Empresarial			• Projetos de investimento em atividades inovadoras (produto, processo, métodos organizacionais e marketing) • Aumento do emprego qualificado associado à inovação produtiva • Ações de reforço das capacidades de organização e gestão das empresas e desenvolvimento de novos produtos e serviços (e.g. demonstração e difusão de boas práticas, capacitação empresarial)	• Aumento do número de empresas com mais de 10 trabalhadores com atividade de inovação • Reforço das competências e estratégias das PME para a inovação	
				• Projetos de desenvolvimento / expansão ou criação de novas AAE	• Incremento de PME localizadas em AAE apoiadas	

Racional da Intervenção/ /Enquadramento	Atividades				
	Principais	Sub-atividades / Recursos	Realizações	Resultados (Intermédios)	Impactos
Algumas cidades e vilas (centros estruturantes sub-regionais e municipais) são fundamentais na sustentação da coesão territorial e na consolidação de redes de proximidade, na sustentação dos territórios de baixa densidade e nas relações/sinergias urbano-rurais. A provisão de equipamentos coletivos e de serviços de interesse geral, a qualificação e valorização destes centros urbanos são dimensões fundamentais para garantir a coesão sócio-territorial e melhorar a qualidade de vida nestes territórios	Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído (PI 6.5)	Qualificação ambiental e urbanística em centros estruturantes sub-regionais e municipais: 1. Ações de reabilitação integral de edifícios, nomeadamente destinados à habitação, aos equipamentos de uso público, ao comércio e/ou aos serviços 2. Ações de reabilitação e reconversão de unidades industriais abandonadas, designadamente destinadas à habitação, aos equipamentos de uso público, ao comércio e/ou aos serviços 3. Ações de recuperação, expansão e valorização de sistemas e estruturas ecológicas urbanas e de infraestruturas verdes; 4. Ações de reabilitação de espaço público 5. Ações de qualificação do espaço público 6. Ações de demolição de edifícios visando a criação de espaços públicos 7. desenvolvimento de experiências inovadoras e de ações-piloto no âmbito do desenvolvimento urbano sustentável 8. Elaboração de estudos e planos de qualidade do ar e de redução do ruído à escala urbana 9. ações de monitorização da qualidade do ar e do ruído, envolvendo o apoio à aquisição de equipamentos	Realizações	Realizações	Impactos
Nos centros urbanos de nível superior do PROT da Região Norte é importante promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território enquanto fator distintivo, bem como fomentar a regeneração física, económica e social das comunidades e das zonas urbanas desfavorecidas. A atratividade das cidades e a qualidade de vida das populações passam em larga medida pela consolidação e qualificação do sistema urbano, enquanto dimensões centrais do desenvolvimento urbano sustentável. Assim, deverão ser efetuados investimentos que permitam regenerar e valorizar as áreas construídas, qualificar os espaços públicos, reabilitar a habitação e fomentar novas funções urbanas em espaços degradados/abandonados. Acresce a necessidade de combater a pobreza e a exclusão em áreas específicas (garantir a cidadania plena em territórios desfavorecidos - enquadramento de proximidade) através de intervenções integradas, associadas à melhoria das condições de habitabilidade e da qualidade do espaço público (eficiência energética, acessibilidade e mobilidade), mas também através da revitalização económica e inclusão social de grupos sociais residentes (comunidades desfavorecidas)	Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído (PI 6.5)	Qualificação ambiental e urbanística em centros urbanos de nível superior: 1. Ações de reabilitação integral de edifícios, nomeadamente destinados à habitação, aos equipamentos de uso público, ao comércio e/ou aos serviços 2. Ações de reabilitação e reconversão de unidades industriais abandonadas, designadamente destinadas à habitação, aos equipamentos de uso público, ao comércio e/ou aos serviços 3. Ações de recuperação, expansão e valorização de sistemas e estruturas ecológicas urbanas e de infraestruturas verdes; 4. Ações de reabilitação de espaço público 5. Ações de qualificação do espaço público 6. Ações de demolição de edifícios visando a criação de espaços públicos; 7. desenvolvimento de experiências inovadoras e de ações-piloto no âmbito do desenvolvimento urbano sustentável 8. Elaboração de estudos e planos de qualidade do ar e de redução do ruído à escala urbana 9. ações de monitorização da qualidade do ar e do ruído, envolvendo o apoio à aquisição de equipamentos	Realizações	Realizações	Impactos
Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais (PI 9.8)	Reabilitação e revitalização urbana em comunidades desfavorecidas:	1. Ações de reabilitação e qualificação urbanística (incluindo habitação, arranjo do espaço público, eliminação de barreiras físicas condicionantes da mobilidade de população portadora de deficiência, programas de higiene e salubridade urbana) 2. Ações de refuncionalização de equipamentos públicos (com potencial elevado de acomlhimento de funções sociais ou económicas) e de áreas urbanas degradadas	Realizações	Realizações	Impactos

Racional da Intervenção/ /Enquadramento	Atividades			Realizações	Resultados (Intermédios)	Impactos
	Principais	Sub-atividades / Recursos				
<p>A valorização do património natural e cultural constitui uma referência para a dinamização de atividades económicas, nomeadamente turística. A existência, extensão e valor de Áreas Naturais Classificadas e a diversidade e riqueza de valores e elementos culturais (incluindo 4 classificações UNESCO) deverão concorrer para a afirmação do Norte como um destino turístico relevante, aproveitando tendências de mercado, nomeadamente em segmentos como o "turismo cultural", "city breaks", "turismo saúde e bem-estar" e "turismo de natureza".</p>	<p>Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (Pl 6.3)</p>	<p>Valorização do Património Cultural e Natural:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Ações de valorização e promoção de bens históricoculturais públicos e de equipamentos com vocação cultural e de elevado interesse turístico 2. Ações de qualificação, desenvolvimento de uma oferta integrada de serviços e promoção de redes de áreas protegidas/classificadas com relevância turística 3. Ações de marketing territorial de espaços de elevado valor natural, cultural e paisagístico 4. Ações associadas à organização e promoção de eventos culturais de elevado impacto internacional 5. Campanhas de informação e sensibilização, apoio a investimentos e equipamentos destinados à proteção e socorro das populações para alojamento e abastecimento de desalojados em situação de catástrofe, e desistemas de vigilância e monitorização florestal 		<ul style="list-style-type: none"> • Número esperado de visitantes a sítios de património cultural • Número esperado de visitantes a sítios de património natural 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento das dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros • Melhoria das condições de visitação e de fruição de equipamentos/elementos culturais • Melhoria das condições de visitação e de fruição de espaços naturais 	<p>Reforçar a qualificação e valorização dos elementos naturais e culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumento do emprego e do VAB do setor turístico • Maior atratividade/reconhecimento nacional e internacional da Região • Aumento da estada média na Região.
<p>Apesar dos avanços registados nos anos anteriores, persistiam situações graves de falta de qualidade e degradação de infraestruturas e de equipamentos educativos. A reconstrução, conservação, reabilitação e modernização era fundamental para a reorganização da rede escolar e para o aumento de qualidade das condições de ensino e aprendizagem. Acresce a necessidade de investimentos em equipamentos destinados a novos cursos superiores de curta duração e requalificação dos equipamentos de formação profissional, de modo a melhorar as competências e qualificações dos recursos humanos (maior adaptação às necessidades do mercado de emprego regional)</p>	<p>Investimento no ensino, na formação, na formação profissional e nas competências e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas de formação e ensino (Pl. 10.5)</p>	<p>Requalificação e Modernização de Infraestruturas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Intervenções nas escolas do 2º e do 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário (degradadas e/ou cuja requalificação corresponde a soluções de reorganização da rede) 2. Intervenções na rede da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico (racionalização da rede escolar) 3. Equipamentos destinados a novos cursos superiores de curta duração 4. Intervenções de requalificação e modernização das 		<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos) 	<p>Melhorar a qualidade da rede de infraestruturas de educação, de ensino e de formação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Redução da taxa de abandono e insucesso escolar • Diversificação da oferta educativa e formativa • Maiores níveis de inovação e de emprego qualificado
<p>Em alguns territórios emergiam fenómenos de exclusão social particularmente críticos para grupos sociais mais vulneráveis, como os desempregados de longa duração, as pessoas com deficiência ou incapacidade, ou as pessoas em situação de sem-abrigo. Era fundamental, por um lado, desenvolver uma abordagem mais integrada das políticas de promoção da inclusão social e, por outro lado, evitar a perda de competências socioprofissionais elementares e potenciar a transição para o mercado de trabalho (desempregados e beneficiários do rendimento social de inserção). A celebração de "Contratos de Emprego Inserção" (CEI) para a realização de trabalho socialmente necessário, de caráter local, seria uma das opções a prosseguir.</p>	<p>Inclusão ativa, inclusivamente com vista a promover oportunidades iguais e a participação ativa e melhorar a empregabilidade (Pl. 9.1)</p>	<p>Implementação de medidas ativas de emprego (Contratos de Emprego Inserção):</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Ações para promover a empregabilidade dos desempregados, preservando e melhorando as suas competências socioprofissionais 2. Ações para fomentar o contacto dos desempregados subsidiados e beneficiários do RSI com outros trabalhadores e atividades 3. Atividades socialmente úteis (apoio à conservação e manutenção do património natural, cultural e urbanístico) 4. Atividades que satisfaçam necessidades sociais ou coletivas temporárias 		<ul style="list-style-type: none"> • Participantes em ações de trabalho socialmente necessário 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento dos participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário 	<p>Melhorar a empregabilidade de grupos vulneráveis aos fenómenos de exclusão social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Absorção local dos desempregados subsidiados e os beneficiários do RSI • Minimização do isolamento, a desmotivação ou a marginalização de desempregados e beneficiários de RSI

Figura 4. Teoria de mudança – racional da intervenção

Fonte: Elaboração própria (2022)



Figura 5. Teoria de mudança - pressupostos e riscos

Fonte: Elaboração própria (2022)